

MESMA FAMÍLIA, DIFERENTES DESTINOS: A MICRO HISTÓRIA E O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES EM GUARAPIRANGA

Luis Henrique de Oliveira¹

RESUMO

O presente texto tem como objetivos discutir as principais características da metodologia micro-histórica, suas contribuições e importância para um maior dinamismo e “renovação” dos estudos históricos. Serão analisadas a contribuição desta metodologia para os estudos acerca do estabelecimento das redes sociais durante o Antigo Regime colonial brasileiro e, deste modo, entender a dinâmica das relações sociais estabelecidas nesse período. Para a realização de tal exercício, analisar-se-á as trajetórias de algumas famílias da freguesia de Guarapiranga no final do século XVIII e início do XIX para, dessa forma, esclarecer, de forma ainda inicial, como a micro história pode ser uma rica ferramenta nos estudos em questão.

Palavras-Chave: Micro história; Redes sociais; Antigo regime.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the main characteristics of the micro-historical methodology, their contributions and importance to greater dynamism and "renewal" of historical studies. We seek to analyze the contribution of this methodology for studies on the establishment of social networks during the Brazilian Colonial Old Regime and thus understand the dynamics of social relations in this period. For conducting such an exercise will analyze the trajectories of some families of the parish of Guarapiranga, in the late eighteenth and early nineteenth century to thereby clarify even original form as micro history can be a rich tool in the study in question.

Keywords: Micro history; Social networks; The ancient system.

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Segundo Revel (2000), no final dos anos 1970, um dos primeiros a oferecer um diagnóstico pessimista sobre o trabalho dos historiadores de sua geração

¹ Mestre em História – UFJF. Professor da Faculdade Santa Rita – FaSaR. E-mail: luis.henrique@fasar.com.br

foi Lawrence Stone que convidava a refletir sobre o momento que a historiografia atravessava. Todo esse mal-estar se assentava na incerteza dos historiadores com relação à capacidade de administrar a duração que pretendiam analisar. Assim, “as ambições diminuem, os discursos tornam-se mais modestos, pelo menos de imediato. Mas esse tempo de recuo aparente poderia ser o de uma reconstrução. A micro-história deve ser compreendida como uma tentativa neste sentido.” (REVEL, 2000, p. 15)

Assim a micro-história deve ser entendida como um sintoma, como uma resposta a uma situação de desconfiança com relação à História Social dominante, propondo uma reformulação de certas exigências e procedimentos. Como afirma Levi (1992, p. 135), “a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existente”. Segundo Hebe Castro (1997, p. 53), a redução de escala de abordagem se tornou comum à maioria das recentes pesquisas em história social. Para Giovanni Levi (1992, p. 138), a redução de escala de análise, “representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização”.

Desse modo, a micro-história não procura renunciar à história social, mas sim reconsiderá-la e dinamizá-la. Ela permite um enriquecimento da análise social, complexificando-a ao levar em conta aspectos inesperados. Como salienta Levi (1992), o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica se baseia na crença de que a análise microscópica revelará fatores previamente não observados. Deve-se, portanto, estudar o social, não como um objeto dotado de propriedades, mas como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação. “A micro-história tem demonstrado a fabilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos” (LEVI, 1992, p. 157). Ela procura ir além da interpretação para tentar formular explicações históricas.

Porém, como toda análise historiográfica inovadora, a micro-história não poderia deixar de ser alvo de críticas e questionamentos acerca do seu alcance histórico. O ponto de maior polêmica gira em torno da contribuição de uma

análise pontual para o entendimento mais abrangente, o que ela teria de representativo, de que modo ajudaria a entender as grandes transformações históricas. A questão elaborada por Davis (1991, p. 178) resume de maneira esplêndida toda essa desconfiança em torno da redução de escala: “La primera objecione: hasta que punto, es representativo vuestro valle, pueblo, mascara, masacre, molinero, impostor, exorcista o santo de los galgos?”

Acredita-se que a maneira mais adequada para se responder essa questão é procurar entender de forma mais aprofundada o conceito de micro-história para Levi (1998) e Ginzburg (1989), ou seja, a forma como compreendem a relação "macro/micro", e de que maneira utilizam suas ideias dentro de seus trabalhos historiográficos e o que compartilham em comum a partir da forma que concebem essa metodologia.

Inicia-se este ponto da discussão pelas ideias de Levi (1998). Para o autor, a micro-história é uma prática que visa essencialmente a redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (LEVI, 2000, p. 158)

Para Levi (2000), portanto, o método da micro-história consiste principalmente na redução da escala de análise da investigação para, em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido e que é enriquecido com as novidades provenientes da microanálise. Em seu artigo no livro *Jogos de Escalas*, mais uma vez Levi (1998) nos chama atenção para um ponto muito importante nesta questão do foco a ser utilizado, e dá indícios de como o pesquisador deve proceder na escolha da melhor escala de análise. Nas palavras do autor:

Não considero que todo problema histórico ganhe em ser tratado em nível microanalítico. De toda forma, o debate que há alguns anos pôs frente a frente os pesquisadores em torno da micro-história contribuiu para torná-los conscientes do fato de que escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver. (LEVI, 1998, p. 203 apud REVEL, 1998)

Ao procurar esclarecer de forma ainda mais convincente essa relação "macro/micro", Levi (1998) salienta que boa parte desse debate se assenta na necessidade de se compreender a complexidade de um problema por meio de generalizações baseadas em observações minuciosas, onde, ao se ampliar o olhar, desvenda-se a multiplicidade dos elementos em jogo. Portanto, pelo que se vê até o momento, percebe-se que ao se realiza uma modificação da escala de análise, está se proporcionando uma leitura mais densa e rica do que a de uma abordagem que privilegie somente um dos lados do foco de pesquisa.

Em entrevista a um historiador costarricense, o historiador italiano teceu o seguinte comentário:

Na micro-história a redução da escala se utiliza para compreender a história geral (...) Isto pode ser ilustrado se considerarmos de que maneira se usa o microscópio. Através dele podemos ver as coisas anteriormente não visíveis, mas que existiam (...) A micro-história procura analisar como funciona a sociedade na sua base e, através desses dados, generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis, em outros contextos (...) Ao perceber o micróbio, é possível generalizar e entender a doença. (LEVI, 1999, p. 2)

Com relação ao segundo autor, Ginzburg (1989), a noção de micro-história apresenta algumas peculiaridades. Apesar, de assim como Levi, ser um dos responsáveis pelo nascimento do projeto micro-histórico, diferentemente de seu companheiro, Ginzburg é um historiador da cultura, o que implica em determinadas particularidades em sua maneira de usufruir dessa metodologia. Como para os demais historiadores citados, para Ginzburg (1989) a micro-história surge em função das dúvidas crescentes sobre a validade de

determinados processos macro-históricos de análise do social. Entretanto a redução de escala proposta por Ginzburg (1989) visava a uma nova leitura do social, uma vez que a história social dominante não suportava mais seu próprio peso pelo fato de refletir sobre agregados anônimos durante um longo período, não levando em conta o indivíduo.

Segundo Ginzburg (1989), um dos sintomas, e ao mesmo tempo, instrumento dessa consciência é a relação cada vez mais estreita entre história e antropologia. No entanto essa relação é carregada de obstáculos, como diz o autor, sendo o primeiro deles a diversidade da documentação utilizada por ambas as disciplinas. O antropólogo, em função do trabalho de campo, possui uma enorme complexidade de relações sociais que podem ser reconstituídas, e que contrasta com a unilateralidade dos arquivos com que o historiador trabalha. Essa divisão arquivística implica consequentemente em uma fragmentação das fontes utilizadas pelo historiador em função do objetivo a que está direcionado. Assim corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a determinada sociedade. Porém Ginzburg (1989, p.173-174) levanta a alternativa para a solução desse impasse:

Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro, em todas as sociedades conhecidas: o nome.

Desse modo, Ginzburg (1989) propôs uma outra maneira de entender a história social, acompanhando o "nome" dos indivíduos ou dos grupos. Entretanto é fundamental compreender "como" se dará essa nova abordagem do social que privilegia a escolha individual. Para Ginzburg, "as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido" (GINZBURG, 1989, p. 175). Portanto o que Ginzburg propõe é acompanhar o sujeito através do nome nas suas múltiplas inserções sociais, na complexa rede de relações, no tecido social em que ele se insere.

De acordo com o comentário de Revel (2000, p. 17), esse seria o modelo do antigo sonho de Ginzburg, de uma história vista de baixo. Uma análise micro-histórica que torna possível uma reconstituição do vivido, inacessível às outras abordagens, e que propõe por outro lado, identificar as estruturas invisíveis em que esse vivido se articula, o que Ginzburg chama de uma análise bifronte. A partir dessas investigações, Ginzburg (1989) propõe uma prosopografia vista de baixo. Ao contrário de Lawrence Stone, a proposta do autor italiano é aliar a análise qualitativa de uma prosopografia elitista à análise quantitativa de uma prosopografia das classes subalternas. Essa não é, portanto, uma tarefa fácil, porém, não é impossível de se realizar. Para tanto é imprescindível conhecer a fundo as fontes e estar ciente de sua falta de padronização.

A resposta desses autores aos impasses colocados para a História Social mais clássica, o modo como concebem o modelo micro-histórico e a maneira como o utilizam em seus trabalhos historiográficos em muito inspira o desenvolvimento desta pesquisa. Dois livros, de forma especial, inspiraram o modo como se desenrolou este trabalho, obviamente que não com a mesma erudição de seus autores, e levando em conta os problemas enfrentados, principalmente com relação à documentação. Estes livros são os já citados: *Herança Imaterial* de Levi (2000) e *O queijo e os vermes*, de Ginzburg (1987). Nesses textos, os dois autores apresentam vários pontos em comum. Para o propósito deste trabalho, o mais importante deles é a noção de redes. Levi (2000), através das condutas sociais dos habitantes do Vilarejo de Santena, identifica como se fundamentavam as estratégias utilizadas por estes para se defenderem frente às várias situações de incerteza, especialmente quando trata da descrição das estratégias familiares e do comportamento em relação à posse da terra. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg (1987) procura acompanhar um indivíduo, o moleiro Menocchio - que, no entanto, não era apenas mais um simples moleiro, pois possuía características que o tornavam "excepcional" -, desvendando seu cotidiano e suas ideias que o levaram a ser perseguido pela inquisição.

Embora com perspectivas distintas, os dois autores reconstróem exemplarmente os mecanismos de inserção social dos indivíduos que analisam

e suas implicações para a compreensão de seus comportamentos. O primeiro procurou, em seu livro, seguir a trajetória e reconstituir as estratégias de algumas famílias, enquanto o segundo, também através de intenso trabalho documental, procurou mapear e rastrear um indivíduo e suas inserções sociais.

ANÁLISE DOCUMENTAL: ESTUDO DE CASOS

Inspirados por esses autores, paralelamente a uma análise serial dos inventários *post-mortem*, procurou-se realizar, também, um estudo pontual, rastreando e mapeando a trajetória de alguns indivíduos, através dos vestígios documentais que foram chegando. Assim, ao se desvendar as estratégias de solidariedade e reciprocidade a que algumas dessas famílias vieram a recorrer, pode-se identificar a permanência ou não de determinados comportamentos e, se com o avançar do tempo, a tendência era que ocorresse uma mudança positiva ou não das condições de vida de seus descendentes. Lembrando sempre que estas estratégias poderiam se dar, tanto dentro do grupo camponês, como também no interior das redes que poderiam interligar os camponeses a grupos mais privilegiados dessa sociedade. Daí também a necessidade de um tempo relativamente curto, em função de uma análise que tem como ponto fulcral, o comportamento humano. Para Daumard (1985), a história social deve trabalhar com tempos mais curtos, no máximo três gerações, para que se possa compreender a lógica dos grupos sociais.

Porém, como já alertado nos arquivos consultados, e com o segmento social com que se trabalhou buscar o indivíduo pelo “nome” implicam problemas metodológicos, pois, na maioria das vezes, os filhos não recebiam os mesmos sobrenomes dos pais, o que dificultava na identificação de seus descendentes. Geralmente a transferência do sobrenome era uma estratégia utilizada pela elite, que procurava assim se constituir enquanto grupo, mas, mesmo entre a elite essa regra era muitas vezes ignorada.

Ao analisar a transmissão do nome de família, Carlos Bacellar (1997, p. 177-186), confirma uma “não-normatização”, como prática comum a toda a

sociedade, ou seja, alerta para a inexistência de uma regra fixa para a adoção de nomes de família. Segundo o autor, mesmo entre os indivíduos da elite não havia preocupação com a diferenciação dos indivíduos através do nome, como nos casos em que os filhos abandonam o último sobrenome herdado do pai ou da mãe, ou na despreocupação em fazer as mulheres adotarem o sobrenome do marido, e quando isso ocorria, segundo Bacellar (1997), não passava de coincidência, ou consanguinidade próxima. Essa prática torna-se corrente a partir do momento em que esses indivíduos passaram a se julgar diferentes, “melhores” e tentam provar isso. O sobrenome ganha um valor diferenciador e passa a definir que esse ou aquele indivíduo pertencia a um restrito círculo social, e também como forma de comprovar a filiação para fins de herança, patrimônio e outros privilégios. Ao concluir sua análise, Bacellar (1997, p. 184) afirma que:

(...) a transmissão do sobrenome era ainda prática recente em nossas famílias. Havia um interesse em legar aos filhos algum sobrenome dos pais, preferencialmente do pai, mas esta transmissão não era padronizada. Não havia preocupação em manter sobrenomes iguais para todos os filhos. Logo, não era possível se identificar irmãos pelo sobrenome, mas somente pela ascendência, e com alguma dificuldade. A forma do sobrenome dos filhos podia ser livremente modificada desde pela alteração da ordem dos sobrenomes, como pela inclusão ou exclusão de um sobrenome qualquer.

Portanto, como afirma Bacellar (1997), a dificuldade em identificar descendentes e familiares apresentava-se até mesmo entre a elite, o que pode indicar problemas ainda maiores entre os indivíduos de grupos inferiores. No entanto, apesar dos obstáculos, procedeu-se o rastreamento da trajetória de alguns membros de cinco famílias, identificando assim os diferentes rumos que os filhos e netos seguiram em suas vidas.

Desse modo, buscou-se, através de alguns exemplos colhidos a partir da documentação trabalhada, analisar as relações sociais estabelecidas por alguns indivíduos, buscando assim, entender as redes que estabeleciam e as estratégias que utilizavam para superar os obstáculos em uma sociedade marcada pela “instabilidade”. Dessa forma, analisar-se-á a trajetória de

algumas famílias para que se possa compreender como membros de uma mesma família poderiam alcançar condições de vida diferentes e as estratégias das quais usufruíam em função das relações e redes que estabeleciam.

Uma maneira interessante de se perceber as diferentes trajetórias que os membros de uma mesma família podem apresentar é analisando os inventários de dois irmãos de Manoel Martins Paiva, o filho. O primeiro é João Pedro Martins Paiva¹, que faleceu em 1801, casado com Ana Maria Teixeira e que teve apenas um filho, Domingos Martins, que tinha no momento do falecimento de seu pai 14 anos de idade. No que se refere à condição socioeconômica, João Pedro possuía certa vantagem com relação a seu irmão Manoel, mas mesmo assim poderíamos caracterizá-lo como camponês.

Ele possuía um monte-mor no valor de 300\$050, dividido entre bens móveis avaliados em 31\$900. Apesar do significativo valor, não havia nenhum utensílio, vestimenta, ou objeto de qualidade destacada, o mesmo ocorrendo com as ferramentas que representavam 4\$350 do total. Encontra-se também a presença de joias de ouro e prata, que valiam 13\$800, e três escravos, sendo dois deles com moléstias, e o outro que recebeu como herança de seu pai, que foram avaliados em 250\$000. Percebe-se, portanto, que a situação de João Pedro Martins Paiva poderia sim ser melhor que a de seu irmão Manoel, mas também não apresentava condições de vida semelhante à de seus pais. A análise torna-se ainda mais interessante quando se trabalha o inventário do filho de João Pedro Martins Paiva e Ana Teixeira, que é o Tenente Domingos Martins Teixeira². Este faleceu em 1817, possuía nove filhos, sendo dois casados e um já falecido. O inventário desse tenente apresenta peculiaridades, pois num primeiro momento são descritos bens que somavam apenas 284\$124, que são alguns poucos móveis, ferramentas, um cavalo, dois bois de carro, oito carneiros e quatro escravos, dois deles aleijados e que valiam 240\$000. Exatamente 29 anos depois da abertura do inventário, no ano de 1846, foi dado como acréscimo de bens do Tenente Domingos Martins, mais seis escravos, que possuíam valores significativamente elevados, certamente

¹ ACSM – Cód. 105 – Auto 2171 - 1º Ofício

² ACSM – Cod. 105 – Auto 2171 – 1º Ofício

em razão do momento, e que valiam 1:570\$000, sendo que um destes escravos, Ignácio, crioulo de 12 anos, foi avaliado em 500\$000, e dessa maneira seu monte passou a ser de 1:854\$124, um valor considerável. Portanto percebe-se que Domingos Martins Teixeira alcançou condição econômica e principalmente social mais privilegiada que seu pai, chegando a obter a patente de tenente, apesar de que seu pai possuía objetos e joias mais valiosos e luxuosos que este. Pode-se também destacar que o último sobrenome do tenente vem de sua mãe, o que possivelmente poderia ter lhe proporcionado maiores privilégios, inclusive a possibilidade de se tornar tenente. Possivelmente o nome da mãe e o casamento teriam lhe proporcionado certos privilégios sociais.

Retornando aos irmãos de Manoel Martins Paiva, trabalhou-se com o inventário daquele que possivelmente foi o filho de Manoel Martins Paiva e Thereza Maria da Silveira que mais prestígio social alcançou, que é o Capitão Ubaldo Martins Paiva³. Este faleceu em 1833, casado com Maria Bernarda Faustina Moreira e deixava como herdeiros dois filhos, Ubaldo Martins Paiva e Emerenciana Antonia Paiva casada com o Alferes Francisco da Silva Araújo, inventariante e pai de seus sete netos. Esse capitão deixou um monte-mor no valor de 2:622\$000, sendo que a metade ficou com a viúva e a outra metade dividida entre seus nove herdeiros, cabendo a cada um 187\$345. Este possuía 80\$420 em bens móveis, merecendo destaque peças como colheres de prata, catre torneado de jacarandá, caneca de louça da Índia e cálices de vinho; entre os instrumentos, metade de um alambique e outros de costume. Possuía ainda um canavial avaliado em 100\$000 e mais três fazendas sendo que a mais valorizada foi avaliada em 230\$000, sendo descrita uma produção pecuarista irrelevante, de apenas três bois, e uma dívida ativa de 73\$333, além de seis escravos que valiam 1:205\$000.

Portanto vê-se que em uma mesma família encontram-se irmãos com trajetórias diferentes. Enquanto alguns conseguem mais prestígio social e uma melhor condição econômica, outros quase não alcançaram condições que lhes

³ ACSM – Cód. 102 – Auto 2131 – 1º Ofício

permitted to open an inventory, as in the case of the sons Manoel Martins Paiva and João Pedro Martins Paiva who did not maintain the same living conditions as their parents, and not even that of some brothers. Different destinies can be explained by reasons such as a better marriage, which provided better social relations, such as compadrio, friendship, etc. Unfortunately, there was no time or opportunity to work with a series of more extensive and varied documents that would certainly have allowed us to grasp these questions, but these reflections, even if not categorical, allow us to glimpse the different trajectories, uncertainties and insecurity that men and women were facing.

Another case quite interesting is that of Antonio Pereira Gularte⁴, Portuguese, natural of the parish of Nossa Senhora da Candelária, Bishopric of Braga, who came to Brazil at 11 years of age, son of Francisco da Costa Gularte and Catharina Dias Machado. He was married to Juliana de Matos Pereira, natural of Guarapiranga and daughter of Captain Antonio de Matos Pereira. They had eight children, of which only two were married, and a modest fortune of 302\$350. The living conditions of this family were simple, as it does not appear in his inventory any object of domestic and personal use, such as utensils, clothes or jewelry, only a rifle. Among his work instruments, it is worth highlighting an oven for roasting flour, valued at 6\$000. This inventory also had two houses that together were worth 106\$000, and a plot valued at 120\$000, still having two slaves worth 50\$400. It is perceived, therefore, from the description of the inventory of Antonio Pereira Gularte, that he did not have an economically tranquil situation, which can be confirmed by two justifications made by him. The first refers to the need for Antonio Pereira Gularte and his wife to be qualified as heirs of the legitimate of his father-in-law, Captain Antonio de Matos Pereira, in order to prove that they were married and that his wife was really the natural daughter of the said captain, as he declared in his will. The couple then resorted to justice in order to have the right to the legitimate of the wife,

⁴ ACSM – Cód. 26 – Auto 676 – 1º Ofício

certamente pelo fato de necessidade econômica e da situação difícil em que viviam.⁵

Na outra justificação, Antonio Pereira Gularte pede a dispensa da tutela dos sete filhos do defunto Francisco Lopes de Sampayo. O suplicante afirma que “além de não saber ler, nem escrever, tem a legítima escusa de ter seis filhos legítimos debaixo de seu pátrio poder, por serem todos vivos (...) bastava que os ditos seus filhos fossem cinco por não dever ser compelido a aceitar a dita tutela (...)”⁶. Além de ser amparado pela lei, que isentava o indivíduo com mais de cinco filhos de aceitar o papel de tutor, Antonio Pereira Gularte certamente não teria condições de tutelar sete órfãos, em função dos imprevistos e riscos tanto econômicos quanto social que esta função poderia exigir.

Durante esta pesquisa foram encontrados alguns documentos de um dos filhos de Antonio Pereira Gularte, que era seu homônimo. Este era natural de Guarapiranga, casado com Bernarda do Sacramento, também natural de Guarapiranga e filha natural de Vitória, escrava de Miguel José Machado, e de pai incógnito, que recebera seu nome como uma homenagem à sua madrinha Bernarda do Sacramento, prática comum nesse período. Infelizmente não se encontrou o inventário de Antonio Gularte, o filho e somente seu testamento⁷, em que deixava como herdeira universal sua esposa. Este declara em seu testamento que pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na freguesia de Guarapiranga, e que deixava várias dívidas por crédito. Porém foi encontrado o inventário e o testamento de sua esposa, Bernarda Maria do Sacramento, que deixava como herdeiro seu único filho, Inocêncio José Machado, nome que pode significar uma tentativa de demonstrar que este era neto de Miguel José Machado, proprietário de sua mãe, a escrava Vitória e avô de Inocêncio. Ao falecer, no ano de 1801, em seu inventário, Bernarda Maria do Sacramento declarava ser filha de Miguel José Machado. O inventariante e filho Inocêncio, de 42 anos, descreveu os bens que compunham o patrimônio de sua mãe, que somava 277\$900. Era composto por alguns poucos bens

⁵ ACSM – Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício

⁶ ACSM – Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício

⁷ ACSM – Livro 75 – Fls. 143 – 1º Ofício

móveis no valor de 5\$100, rústicos instrumentos de trabalho que valiam 2\$400, uma vaca e um cavalo, uma roça com terras de planta e suas benfeitorias, avaliada em 110\$000, além de três escravos, um doente e outros dois de 50 e 14 anos. Em seu testamento, Bernarda institui como herdeiro seu filho, e apesar de sua precária condição econômica beneficia dois agregados com 1/4 de ouro cada um.

Pode-se perceber, pelas informações descritas, que Antonio Pereira Gularte, tanto o pai como o filho, apresentaram o mesmo nível de vida, não possuindo uma riqueza considerável, o que passou, portanto, de geração. Outra questão interessante, e que pode não ser uma mera coincidência, está no fato de que ambos se casaram com mulheres forras e filhas de capitães. Uma explicação que podemos aventar é que esta situação poderia significar um “negócio” interessante para os dois lados. Para essas mulheres negras ou pardas que conseguiam se casar com homens brancos, inclusive um deles português, havia a possibilidade de obterem maior respeito frente à sociedade. Para esses homens que não conseguiram casamentos melhores significava a possibilidade de constituírem família com mulheres que poderiam herdar um quinhão na riqueza de seus pais.

Outra trajetória que buscar-se-á reconstituir com base na documentação que encontrada foi a de Francisco Ferreira de Melo⁸, seu pai Caetano Coelho da Costa⁹ e sua irmã Apolônia Maria de Jesus.¹⁰ Francisco era casado com Margarida Rosa de Jesus, era natural do Furquim, onde ainda residia, enquanto seus pais Caetano Coelho da Costa e Maria da Assumpção, e seus avós eram naturais da Ilha Teixeira, Bispado de Angra. Já sua esposa Margarida era natural de Guarapiranga e filha do Capitão José Gonçalves Vieira e Quitéria Gonçalves de Almeida. O casal teve nove filhos, sendo que o mais velho faleceu antes de seu pai e a idade dos demais variava entre 3 e 14 anos. Francisco deixou um monte-mor que somava 757\$674 e era composto por joias de ouro que valiam 14\$424, bens móveis simples que somavam

⁸ ACSM – Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício

⁹ ACSM – Cód.51 – Auto 1151 – 1º Ofício

¹⁰ ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

12\$375 e instrumentos de trabalho, dentre os quais podemos destacar um tear aparelhado, que foram avaliados em 27\$675. Deixou também uma significativa produção agropecuária, com 240 alqueires de Milho, 31 cabeças de porcos, 15 ovelhas, dois cavalos e um garrote, que somavam 78\$200. Possuía ainda meia sesmaria com suas benfeitorias avaliada em 400\$000, além de três escravos que valiam 225\$000. Portanto Francisco, sua mulher e filhos levavam uma vida relativamente tranquila.

Se se retroceder um pouco no tempo e analisar o inventário do pai de Francisco, Caetano Coelho da Costa, encontram-se dados bastante interessantes. Quando faleceu em 1759, Caetano deixou um monte-mor no valor de 825\$425, oito filhos, sendo duas casadas e mais seis menores de 14 anos, dos quais Francisco era o mais velho. Deixou irrelevantes bens móveis e ferramentas, cinco bovinos e um cavalo e seis escravos avaliados em 594\$000. Como tutor dos menores foi designado Manoel Afonso Rigueira, casado com Apolônia Maria de Jesus, irmã de Francisco Ferreira. Este ficou responsável por dar conta da divisão da legítima entre os herdeiros e de conduzir os rendimentos futuros. O fato de ter uma condição de vida relativamente tranquila permitiu a Manoel Afonso Rigueira tutelar os seis filhos menores de seu sogro, inclusive Francisco Ferreira de Melo. Porém, em 1793, o tutor faleceu deixando descrito em inventário para a partilha entre sua viúva Apolônia Maria e seus cinco filhos a quantia de 1:185\$150, ficando a viúva com 592\$575 e a cada herdeiro 118\$575. Com relação à descrição dos bens, detectou-se móveis e ferramentas simples e comuns, porém foi declarada uma relevante produção agropecuária, com uma junta de bois, uma besta, 40 porcos e 200 alqueires de milho no paiol, que somavam 64\$400, além de uma sesmaria com terras de planta e benfeitorias, que ficava na Ponte Nova, freguesia do Furquim, onde a família residia, avaliada em 450\$000. Possuía também sete escravos que valiam 630\$000. Ao falecer, Manoel deixou seu filho mais velho Manoel Afonso da Costa como tutor e este ainda dividiu entre os três menores a quantia de 220\$000, referente ao trabalho realizado por dois escravos de serviços durante cinco anos, desde a morte do pai. A vida seguia relativamente tranquila, mas, tempos depois, a insegurança e incerteza que caracterizavam o mundo colonial

caíram sobre a família. No ano de 1806, Apolônia Maria de Jesus e Manoel Afonso da Costa recorrem à justiça com o seguinte objetivo:

Dizem Apolônia Maria de Jesus, viúva de Manoel Afonso Rigueira e Manoel Afonso da Costa herdeiro do mesmo como filho legítimo e tutor dos órfãos, que possuem uma Fazenda de Cultura no lugar da Ponte Nova, freguesia do Furquim, e por que as moléstias naturais têm reduzido a cinzas alguns escravos do casal, e a barbaridade do gentio tirado a vida a outros, por cuja razão se vêm impossibilitados de poder subsistir no lugar e menos fazer interesses com que possam alimentar-se e pagar numerosas dívidas do casal, com o resto da mesma fazenda, dizimos e outras mais, nestas tristes circunstâncias.¹¹

O Juiz de Fora e Órfãos julgou no ano de 1806 e comunicou a seguinte sentença:

(...) se digne mandar para melhor comodidade de se pagar as dívidas, que se disponha da fazenda pelos meios mais próprios, e com o seu produto se paguem os credores, atento, à falta dos necessários meios de poderem nela fazer interesse algum.¹²

No entanto, o advogado João de Souza Barradas, indicado como curador da herança do falecido Manoel Afonso Rigueira, não concordava com os suplicantes e com a sentença do Juiz, e recorreu:

Não posso convir na venda da Fazenda de Cultura de que trata o requerimento atento à proibição das ordenações, pois, determina que em nenhum caso se vendam bens de raiz dos órfãos, salvo que tal necessidade que se não possa escusar, muito mais quando os suplicantes não mostram de forma alguma haja necessidade que expõem no seu requerimento. O meritíssimo Dr. Juiz de Fora e Órfãos decidirá o que for mais justo.¹³

O Juiz de Fora aceitou a apelação do curador e afirmou que a dúvida deste procede, pois, os suplicantes não indicam por modo geral a necessidade de venda. Vê-se, portanto, que as incertezas do mundo colonial poderiam, de um momento para outro, complicar a vida de certas famílias. Infelizmente não se

¹¹ ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

¹² *Idem*

¹³ *Idem*

conseguiu encontrar o inventário de Apolônia Maria de Jesus, e assim identificar se a fazenda ainda permanecia com a família, ou se foi vendida, e dessa maneira continuar acompanhando a trajetória dessa família que, se num primeiro momento, possuía melhores condições que as de Francisco Ferreira de Melo e Caetano Coelho da Costa, possivelmente anos depois se encontrariam em situação bem mais precária. Percebe-se, portanto, que principalmente os grupos menos privilegiados da sociedade estavam à mercê dos diversos problemas, e geralmente sozinhos não conseguiam superá-los caso não pudessem recorrer a pessoas mais privilegiadas e de maior influência na sociedade.

A questão referente às relações e distinções sociais aparece de forma bastante interessante nesta próxima trajetória analisada. Bernardo Vieira Marques¹⁴, natural da freguesia de Passos, Bispado do Porto. Era filho de Antonio Silva e Luiza Vieira, solteiro, embora tivesse tido três filhos com sua escrava Sebastiana, já falecida. Uma de suas filhas, Tereza, vivia sob o estado de emancipada. O seu segundo filho, Antônio, faleceu depois da morte do pai, e a terceira filha, Genoveva, era casada com David da Silva Ribeiro. Em seu inventário consta apenas um crédito no valor de 1:400\$000 que devia ao falecido, Antonio de Faria Salgado, seu inventariante, referente a 17 escravos e mais bens que foram vendidos, ficando às duas herdeiras 466\$666. Em seu testamento, além de afirmar que deixava seus filhos como herdeiros do restante que ficar de sua fazenda depois de pagas suas dívidas e satisfeitos seus legados, deixava-os também alforriados. Ou seja, os seus filhos até o momento de sua morte viviam como seus escravos. Declarava também que: *deixo 200\$000 à pessoa que me fizer mercê recolher os ditos meus herdeiros para seus alimentos até se arrumarem.*¹⁵

Apesar dessa recompensa, percebe-se, através do inventário de Bernardo Vieira Marques, que não foi nada fácil conseguir um tutor para seus filhos. O primeiro indicado foi José Gonçalves da Costa, e este pede dispensa alegando que:

¹⁴ ACSM – Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício

¹⁵ *Idem.*

Pelo fato de ser morador na Pirapetinga distante seis ou sete léguas de onde faleceu o pai dos órfãos (Xopotó), e que como estes são mulatos e o suplicante homem branco tratando-se a lei de nobreza parece e é sem dúvida que não pode ser obrigado a assinar tal tutela e além disso tem 65 anos de idade e padece de várias queixas e também passadas as águas mudará para o Serro Frio onde tem lavras e escravos.¹⁶

Através desse requerimento, pode-se perceber que a relação entre pobres e ricos, negros e brancos era bastante complexa, tratando-se de uma sociedade amplamente excludente, onde o tutor indicado se recusava a assumir a tutela dos órfãos, entre outras questões, pela lei de nobreza, que retirava dele a obrigação de assinar a tutela, pedido no qual foi bem sucedido. Dessa maneira, procurou-se indicar como tutor pessoas da mesma condição sendo designado Euzébio de Chaves Moreira que, no entanto, pediu dispensa por ser pobre, viver de esmola e não ter inteligência para tal função, sendo também dispensado. Foi indicado então Gabriel Barbosa Coura, que por se declarar pobre, doente e morar longe, também foi dispensado. Outro que foi dispensado do papel de tutor por ser pobre e possuir mais de seis filhos foi Rodrigo Gomes de Oliveira. Portanto a tutela dos órfãos apresentou dificuldades com relação a sua definição, tanto por indivíduos de condição superior, como aqueles de mesma situação. Ficou então como tutor Pedro de Villas Boas Fruão, porém este vivia longe das órfãs, que ficaram sob seu poder, ficando realmente responsável por elas o Alferes Antonio de Faria Salgado, inventariante do falecido de quem se obteve um interessante depoimento:

Diz o Alferes Antonio de Faria Salgado, morador na freguesia de Guarapiranga que ele suplicante tem umas órfãs em sua casa, e as tem educadas e criadas como suas filhas e agora tem ocasião de dar estado a uma delas por nome Genoveva, com David da Silva Ribeiro, oficial de ferreiro pessoa de mesma igualhia e compatibilidade de a sustentar, pois, tem tenda estabelecida nesta mesma freguesia, e como destes acertos não se acha a cada passo o tutor dela que está em outro termo, e ele suplicante as tem a seu cargo.¹⁷

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Idem.*

O requerimento foi aceito e o marido de Genoveva, David da Silva Pereira, entrou com uma justificação requerendo a parte da herança que cabia à sua esposa com o falecimento de seu pai, tendo sido bem sucedido. David e Genoveva casaram-se no ano de 1796, sendo ele natural de São Francisco das Chagas do Taubaté, Bispado de São Paulo, filho de Antonio da Silva e Domingas da Fonseca. Nesta pesquisa, trabalhou-se com o inventário deste casal, em função do falecimento de David da Silva Ribeiro no ano de 1795. Pode-se perceber nitidamente que a condição de vida do casal sofreu significativa queda, apesar de que, ao ser alforriada pelo pai, Genoveva adquiria uma certa ascensão, e com isso uma possível melhoria de sua condição de vida. David teve com Genoveva dois filhos e uma filha, sendo esta casada, e deixou um monte-mor de 132\$700. Declarou a viúva inventariante que o casal possuía poucos e rústicos bens móveis e instrumentos que valiam 2\$700 e três escravos, sendo que um deles sem valor e os demais avaliados em 130\$000. A queda na condição de vida desse casal pode ser comprovada pelo fato de que Genoveva havia herdado de seu pai 466\$666 e o monte do casal apresentava um valor bem abaixo desse. Também no inventário é informado que a inventariante e seu marido havia dotado sua filha Maria para se casar com João de Medeiros, com suas terras de planta, o que podemos entender como uma possível estratégia para se conseguir um bom casamento para sua filha¹⁸. Essa família percorreu uma trajetória bastante confusa, o que certamente deveria marcar a vida de muitos indivíduos de grupos menos privilegiados da sociedade, que procuravam alternativas e estratégias em busca de uma vida menos miserável.

Portanto, ao mostrar a trajetória de algumas famílias camponesas, buscou-se demonstrar a complexidade de situações inesperadas que marcavam suas vidas e como buscavam responder às necessidades que surgiam. Nos casos analisados, a maior parte dos filhos não conseguiu superar as condições de vida dos pais, o que pode significar uma certa dificuldade em manter relações sociais com indivíduos de grupos mais privilegiados, restando principalmente a

¹⁸ ACSM – Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício

esses camponeses contar com a solidariedade de seu grupo e também familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855.** Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp.

DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa.** São Paulo: Perspectiva, 1985.

DAVIS, Natalie Zemon. Las Formas de Historia Social. In: **História Social**, n.10, primavera-verano, 1991.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques. (org). **Jogos de Escala.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

REVEL, Jacques. História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VOLVELE, Michel. A longa duração. In: **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SITE:

LEVI, Giovanni. <http://www.historia.fsc.unc.br/mo-hist/e-levi-coshtm>. Entrevista de Juan Jose Marím a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2. Acesso em: 15. Jul. 2013.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana – ACSM

Cód. 105 – Auto 2171 - 1º Ofício
Cod. 105 – Auto 2171 – 1º Ofício
Cód. 102 – Auto 2131 – 1º Ofício
Cód. 26 – Auto 676 – 1º Ofício
Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício
Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício
Livro 75 – Fls. 143 – 1º Ofício
Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício
Cód.51 – Auto 1151 – 1º Ofício
Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício
Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício
Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício
Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício